



Parque Ibirapuera - São Paulo - 2015 - Foto: Mirtes Luciani

GT: MEIO AMBIENTE - BOLETIM N. 4 - CoP21 : desafios para construção sustentável

A substituição do protocolo de Kyoto por um novo acordo do clima, a vigorar a partir de 2020, deverá ter por base um conjunto de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa a ser firmado em dezembro em Paris.

Tendo entre seus princípios "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" tanto os países desenvolvidos quanto em desenvolvimento deverão se comprometer com metas de redução, suficientemente ambiciosas para combater o aumento de 2°C da temperatura do planeta.

O Brasil e São Paulo poderão ter papel de destaque na condução das negociações, liderando os BRICS.

Além das metas nacionais já anunciadas, foi impulsionado pelo governo do estado por meio da Secretaria de Meio Ambiente o Protocolo Climático do estado de São Paulo. Esta iniciativa será levada à reunião de Paris, em evento paralelo, e contará com a adesão de grandes empresas e entidades setoriais compromissadas com metas voluntárias e propostas inovadoras de adaptação.

Da chamada CoP21 deverá sair um documento com medidas de mitigação de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação ao aquecimento global.

Onde se inserem os arquitetos-urbanistas e o setor da construção civil nesse contexto?

Por meio do consumo de energia e materiais em seu ciclo de vida, os edifícios são responsáveis por grande parte das emissões de gases de efeito estufa mundiais. Em particular, destacam-se a energia elétrica para aquecimento, ar condicionado e



iluminação, o consumo dos equipamentos eletroeletrônicos, o uso do gás para cocção e aquecimento de água.

Nas regiões menos urbanizadas e com concentração de população de menor renda, temos ainda o uso insustentável da lenha energética, a baixa permeabilidade do uso do solo e a ocupação adensada da terra com baixa oferta de equipamentos públicos e áreas verdes.

Cidades mal planejadas impactam o clima com o precário sistema de transportes, mobilidade e acessibilidade a equipamentos e serviços.

O setor da construção representou em 2010, 32% da energia final mundial, 25% das emissões de CO² relacionadas à energia, 51% do consumo global de eletricidade e 1/3 das emissões de gases fluorados, fortes causadores do aquecimento global.

As emissões atribuídas aos edifícios mais do que duplicou desde 1970 e deve dobrar ou até triplicar em meados do século XXI.

Edifícios altamente eficientes são fundamentais para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Estes estão entre as opções de melhor benefício-custo para diminuir emissões, também com altos co-benefícios, como melhorias na saúde e geração de empregos.

Assim, nos países desenvolvidos as reformas para aumento da eficiência são a chave para a mitigação climática eficaz. Nos países em desenvolvimento como o Brasil, a chave é a alta eficiência em edifícios novos, especialmente no que se refere ao conforto térmico e iluminação passivos. Isto se aplica tanto para edifícios comerciais quanto para conjuntos e bairros residenciais, inclusive os de habitação de interesse social.

Além das vantagens ambientais, edifícios eficientes aumentam as seguranças energética e hídrica, algo crítico no Brasil de hoje.

Fica claro aqui onde se inserem os arquitetos-urbanistas, de acordo com nossas atribuições profissionais, publicadas na Lei 12.378 de 2010 - Art.2. parágrafo único, inciso "XI - do Meio Ambiente, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental, Utilização dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentáveis, nossa responsabilidade na busca pela construção e pelo planejamento urbano sustentáveis.

Afinal, as primeiras decisões são tomadas na concepção dos projetos.

Este Boletim contou com a colaboração de Oswaldo Lucon, SMA-SP)

Gt Meio Ambiente: Arqts e Urbanistas - Eduardo Trani ;Elisete Akemi Kida; Mirtes Maria Luciani Paulo André Cunha Ribeiro; Sergio Baldi; Telma Terezinha Souza Ribeiro